



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 15/02/2022

Aos quinze dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, em convocação para a realização da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira suplente Solane Leonor Carvalho de Lima (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheira Mara Nubia Maciel (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Márcio Berman (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheira Cleide Fernandes da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheira suplente Daniele Mudesto Rosa São Thiago (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1). Segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas

Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente **Liliane Cardoso de Almeida Leal** (Secretaria Municipal de Saúde – SMS) e a conselheira **Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). **PAUTA DO DIA** ► Deliberação da Ata: **11/01/2022**. **1. Ponto Fixo** sobre a **Covid-19** – **30** minutos. **2.** E-mail: Conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Assunto: Mudança de Perfil da Emergência – Antigo PAM Del Castilho – **30** minutos. **3.** Mudança da Sede do Conselho Municipal e da Secretaria-Executiva para a Clínica da Família Estivadores – Avenida do Exército, 99 – São Cristóvão – **40** minutos. Coordenação: Presidente do Conselho: **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação – Membros da Comissão Executiva: Morgana Eneile Tavares de Almeida, José Cosme dos Reis, Márcio Berman, Osvaldo Sérgio Mendes, Elizabeth Guastini, Marinaldo Silva Santos, Raquel de Moraes Barbosa Caprio e Liliane Cardoso de Almeida Leal. **Moderadora:** Secretária Executiva: Carmem Terezinha Gomes Sasaki. A reunião foi iniciada às 14 horas e 40 minutos, com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** depois de fazer a leitura da pauta, colocou-a em votação, sendo aprovada pela maioria simples. Prosseguindo, colocou em votação a ata de 11/01/2022, que foi aprovada pela maioria simples. A **conselheira e Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou aos conselheiros que recebeu do Ministério da Saúde um ofício de onze de março de 2021, onde os conselheiros solicitavam que desse publicidade ao cronograma de envio de vacinas aos Estados e municípios e com isso o Controle Social exercer seu papel. Ressaltou que não sabe se a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki colocou no grupo para todos tomarem conhecimento. **Ponto um:** Ponto Fixo sobre a **Covid-19**: nesse momento, a **Coordenadora** de Imunização **Nadja Greffe** deu início a apresentação da vacinação de crianças e adultos, desde 2021 até o início de 2022, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que é fundamental a ajuda do CMS/RJ neste momento, inclusive apelou aos presidentes distritais e aos conselheiros que esclareçam para imunizar as crianças e os adultos que não tomaram a dose de reforço, ou que não tomaram nenhuma dose. Prosseguindo com o andamento do ponto supracitado, o **Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro** deu início à apresentação de casos e óbitos confirmados, desde 2020 até o início de 2022, e outras informações relevantes, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Para finalizar esse ponto, os **representantes da Central de Regulação Paulo Leonardo Ferreira e Christiano Rezende Bulkool** deram início à apresentação do panorama da situação das internações, taxa de ocupação e a solicitação para leitos SRAG, incluindo a fila de espera, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** informou que sua dúvida é sobre o andamento do

SISREG e informou que uma criança da zona Sul foi regulada para uma clínica em Cascadura e que ao chegar lá, em vinte e seis de janeiro, disseram para a mãe que a criança não era para ser atendida lá, pois não tinha o atendimento de reabilitação neurológica pediátrica, porque essa criança é deficiente, é autista. E quer saber como são feitos esses encaminhamentos. Por que uma mãe vai levar seu filho para Cascadura, que fica bem longe? E ressaltou que disse isso de forma geral. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou à conselheira que seria importante que enviassem essa demanda dessa mãe para ser verificada. Mas como a pauta é Covid-19 poderiam trazer outro tema. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** respondeu que a demanda está em sua mão e que a mãe não conseguiu atendimento para sua criança e voltou para casa com o documento médico. A **conselheira e Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu para ela tirar foto e enviar para a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki, que depois enviará para o e-mail da conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal. **Ponto dois:** E-mail: Conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Assunto: Mudança de Perfil da Emergência – Antigo PAM Del Castilho. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que a RioSaúde, segundo informações, vai mudar o perfil da emergência do PAM Del Castilho, que sempre funcionou 24 horas. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que essa demanda foi entregue à Comissão Executiva do CMS/RJ e procurou a SUBPAV para melhores esclarecimentos. Então a Subsecretária Ana Luíza pediu a presença da Coordenadora da AP 3.2 Paula Carneiro e conversou com ela a respeito dessa pauta e acharam melhor que ela estivesse presente. Pena que o presidente Edson da CAP 3.2 não pode vir, pois seria importante saber o que está acontecendo na AP. 3.2, inclusive isso já foi esclarecido no CDS da AP. 3.2. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** pediu ao conselheiro para fazer novamente uma síntese de suas perguntas e questionamentos devido à falha no áudio. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** refez as quatro perguntas seguidas de questionamentos. **1.** Sobre a mudança do perfil da emergência do PAM Del Castilho, perguntou qual tipo de perfil vai ter e se a emergência vai continuar funcionando ou não durante 24 horas, pois lhe parece que não vai mais funcionar durante 24 horas. Parece que vai ser uma UPA, mas a finalidade da UPA é desafogar as grandes emergências dos hospitais e o PAM não é hospital. **2.** Como será e como vai ocorrer essa mudança. **3.** Informou que nessa unidade têm funcionários federais do Ministério da Saúde (MS) e estaduais. E o que acontecerá com esses funcionários da emergência, houve diálogo com eles sobre essa mudança, e se for assim para onde vão?. Porque dizem, também, que a partir do momento que a RioSaúde começar a gerir essa unidade aceitará somente funcionários contratados. Como vai ser isso?. Também quer saber qual tipo de contrato será feito e qual será a duração. **4.** A obra vai ser somente na emergência ou na unidade em geral. Porque essa unidade tem um problema crônico, desde 1998, o telhado não têm condições de impedir que a chuva inunde o PAM. Mesmo depois de quatro obras continua a infiltração. E que tipo de obra será feita. A **Coordenadora da AP**

3.2 Paula Carneiro informou que a Policlínica Rodolpho Rocco têm especialidades e uma emergência que funciona sempre 24 horas dentro do escopo da SUBPAV, que é a nossa Superintendência de Atenção Primária e sempre houveram algumas limitações por causa disso. Várias vezes foram questionados para esclarecer algumas dificuldades e entendeu isso como uma solicitação da população e dos trabalhadores para que definissem melhor o perfil da emergência. Disse que o convênio foi publicado em trinta de dezembro de 2021 junto com a RioSaúde, que assume então a parte da emergência. A primeira preocupação foi com os trabalhadores da policlínica, por isso, no início deste ano foram conversar com a direção da unidade para definir o plano de trabalho dessa transição, de forma que não fosse traumático, não prejudicasse os trabalhadores e assim definiram algumas questões. **1.** Aos profissionais estatutários, que estavam no período noturno da emergência, foi oferecido trabalhar no CMS César Pernetta, que fica no centro do Bairro do Méier, na Rua Ana Barbosa, nº 21, que, também, é outra emergência da nossa área que funciona 24 horas, onde trabalharão, também, sem perder carga horária, dia de trabalho e gratificação e a maioria aceitou, mas outros resolveram ficar no PAM Del Castilho no período diurno, fazendo sua carga horária dentro da policlínica, que não vai deixar de existir. A questão era garantir que esses profissionais permanecessem na policlínica, como uma possibilidade, dentro do período noturno ou diurno, além da possibilidade de ofertar outros serviços dentro dessa unidade, e a maioria não teve problemas nessa transição, pois conversaram separadamente com cada trabalhador sobre a dificuldade que tinha. **2.** O perfil da Policlínica é de UPA, que funcionará 24 horas e terá o nome de UPA Del Castilho e a Rio Saúde fará obras de adequação, baseado no modelo da UPA. Disse que inclusive fizeram reuniões com a RioSaúde sobre isso, isto é, sobre adequar a unidade, porque os serviços não param, mesmo com obra de adequação. Continuou dizendo que, também, estão cautelosos para não deixar de prestar serviços à população. Conversaram com os conselheiros do CDS da AP. **3.2** para explicar a primeira alteração, quando saiu o convênio assinado e até onde estavam nessa transição. Então quando estiver com o projeto, será apresentado no CMS/RJ, o projeto de melhoria da estrutura da policlínica e seguir em parceria. Disse que conseguiriam fazer uma melhoria importante na emergência, atuar com um perfil melhor, de maior resolutividade e, também, potencializar a policlínica que é o que sempre quiseram. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que seria muito interessante que o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, como componente dessa unidade, participasse do CDS da AP. **3.2** ajudando, contribuindo em conjunto nas discussões, sem necessitar trazer uma questão ao CMS/RJ que pertence à Coordenação da CAP **3.2** e ao CDS da AP. **3.2.** O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que faltou responder que tipo de obra será feita. Com relação a participar das discussões de seu CDS, o Dr. Edson disse que o CDS da AP **3.2** não está fazendo reuniões presenciais e nem virtuais, mas que estão fazendo reuniões presenciais da Comissão Executiva (CE) da AP. **3.2.** Acontece que ele não é conselheiro dessa CE. Em relação ao perfil da

Policlínica que vai funcionar 24 horas, disse que era isso que queriam, pois é importante que a população dessa área não fique sem assistência. Entretanto, no Território só tem, acha, a Policlínica Rodolpho Rocco agora com perfil UPA e que precisam ter, de fato, uma policlínica funcionando como policlínica e a mudança do perfil será ponto de pauta e será apresentada ao Conselho Gestor dia 23 de janeiro, às 14 horas, inclusive enviou convite para o CMS/RJ. Ressaltou que a CAP 3.2 e o Dr. Edson sabem disso. Entretanto é necessário tranquilizar as pessoas, pois muitas estão apavoradas com as mudanças, principalmente, de perfil da unidade supracitada. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que o conselheiro lhe falou na reunião da Comissão Executiva sobre a insatisfação dos funcionários, mas agora ele pode ser o interlocutor de algum funcionário para que chegue a Coordenação da AP. 3.2 e converse sobre sua questão e, assim, a Coordenação da AP. 3.2 junto com o RH entenderem melhor o problema desse funcionário. Ratificando a fala da transferência de profissionais, a **Coordenadora da AP 3.2 Paula Carneiro** informou que não foi apenas o CMS César Pernetta, mas todas as unidades da AP. 3.2 foram oferecidas aos profissionais que não quisessem continuar na emergência da Policlínica Rodolpho Rocco, devido à mudança de perfil. A **conselheira Cleide Fernandes da Silva** perguntou o porquê essa exigência, caso seja exigência ou não, da RioSaúde entrar e os servidores terem que sair e quer entender melhor como esse processo se dá. A **Coordenadora da AP 3.2 Paula Carneiro** informou que a RioSaúde é uma empresa pública que tem um convênio que vai gerir com seu RH esta unidade, por isso, não têm como trabalhar com os estatutários e os profissionais que trabalhavam com algum tipo de contrato na emergência, quando teve a migração para a RioSaúde foi oferecido aos médicos, principalmente, porque a RioSaúde têm processos seletivos e bancos anteriores, mas não tinha banco para médicos, foi oferecido que os médicos participassem do processo seletivo e entrassem no convênio, inclusive os aprovados assinaram seus contratos para trabalharem dentro da Unidade em que estavam. A **conselheira Cleide Fernandes da Silva** entendeu que não há compatibilidade dos servidores federais ou municipais trabalharem com OS's, por causa da Gestão da RioSaúde. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que é um modelo de Gestão, assim como uma clínica da família em que os servidores públicos também não podem trabalhar porque existe um contrato para OS administrar seu RH e que o mesmo se dá com a RioSaúde através de convênio. Ao contrário, na UPA de Del Castilho, tem espaço para todos, pois é um grande complexo e a policlínica se fortalece com esses servidores que trabalharam nessa emergência. Também há um fortalecimento de RH para quem continuou nessa unidade. A **conselheira Cleide Fernandes da Silva** disse para a Coordenadora da AP 3.2 Paula Carneiro que gostou muito da forma como colocou isso para o servidor, essa delicadeza porque se trata da saída de uma Unidade, onde as pessoas trabalharam a vida inteira lá e acha muito importante ter sensibilidade para parar e conversar e ver cada caso porque cada pessoa vive em torno do seu trabalho. Então, gostaria muito, já que aqui têm muitos gestores, que possam

ter essa delicadeza, também, de toda vez que isso se configurar que possam ter essa delicadeza e conversar com grupos, com os servidores, porque entende que todos precisam ter esse apoio numa mudança de trabalho tão significativa. Fez apelo a todos os gestores/as que tenham essa sensibilidade e conversem toda vez que isso acontecer e for necessário, e que possam dar oportunidade do servidor ter uma conversa para que a situação seja amenizada. Disse que falaram de possíveis obras para mudar o perfil para UPA. Ressaltou que está com um trabalho de acessibilidade iniciado na distrital e que sempre falará para lembrar a questão da acessibilidade e da importância que esse tema tem e toda vez que tiver uma obra, é uma possibilidade de melhoria na instituição. Então pediu que olhassem com muito carinho para esse público, pois, acessibilidade não é só para pessoa com deficiência, porque abrange outros públicos e com certeza podendo fazer qualquer modificação que seja nesse sentido, vai beneficiar muitas pessoas, como o idoso, a senhora que chega com o carrinho do bebê, uma pessoa com o pé quebrado, que não são pessoas com deficiências e quem quiser pode conversar com ela sobre isso. Referente à contratação, gostaria que contratasse pessoas com deficiências, de acordo com o número de vagas, porque que tem uma legislação que preconiza isso como importante, porque quem convive com um profissional que tem uma deficiência, naturalmente, vão olhar para isso de uma forma diferente. Então que todos tenham essa atenção e esse carinho com essas pessoas que precisam de acessibilidade.

A **Coordenadora da AP 3.2 Paula Carneiro** informou que tem preocupação com a acessibilidade. A Policlínica Rodolpho Rocco, no geral, é bastante acessível, mas tem alguma dificuldade para cadeirante, porque é uma construção muito antiga, então o tamanho das portas não comporta e isso foi sinalizado hoje na visita e que consigam fazer pontos, para que todas as pessoas tenham acesso sem precisar de apoio de outras pessoas. A contratação de pessoas com deficiências (PDC) segue a legislação, tanto da RioSaúde e OS's que gere a área programática. **Ponto três:** Mudança da Sede do Conselho Municipal e da Secretaria-Executiva para a Clínica da Família Estivadores – Avenida do Exército, 99 – São Cristóvão. Aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** pediu questão de ordem. Quer saber as respostas que a Comissão Executiva enviou, antes de abrir as falas, que foram feitas no conjunto de perguntas e queria esse relato primeiro, conforme tinham organizado ponto na Comissão Executiva. Gostaria de ouvir os funcionários, gostaria de ver outras questões antes de abrir a discussão. A **conselheira e Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que não trouxe o documento, que foi feito em nome da Comissão Executiva e dos presidentes distritais. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que enviaram um ofício para o Gabinete, conforme solicitado, e aguardam a resposta com relação a isso. Em relação à parte dos servidores foi solicitado que reunissem os seus servidores para manifestar o que eles tinham falado em relação a essa brusca mudança, que ocorreu, mas alguns preferiram escrever algumas coisas para falar por eles, apesar de não representá-los, pois cada um tem

sua motivação. Antes de iniciar a leitura, informou que vai ler mais ou menos o que foi falado dos nossos servidores: 'Que no dia trinta e um de Janeiro disseram que teriam que sair do CASS e ir para um espaço no auditório Meri Baran. Anteriormente, a essa data os servidores sabiam que teriam que sair, mas não para outro lugar, porém no dia primeiro de fevereiro saímos do sexto andar, da sala 624, onde ficava a Secretaria-Executiva, para ocuparem o espaço no auditório Meri Baran. Nesse meio tempo nós tivemos uma conversa com as assessoras do Secretário Municipal de Saúde que disseram que não iríamos mais para o auditório Meri Baran, pois seria acatado o pedido do Secretário Municipal de Saúde para que fossem para a Clínica da Família Estivadores e disseram que o caminhão viria na segunda, mas acabou vindo na terça para levar os documentos, que até então teriam que ser jogados fora, para a Clínica da Família Estivadores. Reforçou que o histórico do CMS/RJ não pode ser jogado fora, que tenha um armazenamento ou um arquivamento legal, obedecendo todo o procedimento, que não é algo fácil. Ressaltou que na última vez que isso aconteceu, foi feito rapidamente, de forma muito mal feita, para liberar algumas coisas para o Arquivo Geral, que foi o pedido da Gestão anterior do Secretário Municipal de Saúde Daniel Soranz, inclusive, quando mudaram do oitavo para o sexto andar. Não é algo fácil e tranquilo de ser feito, inclusive, por prestarem contas ao Ministério Público e outros Órgãos e que, então, teriam que levar, sim, toda a documentação para esse novo espaço, o que foi feito através de um mutirão com os servidores, com a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes e seu suplente senhor Osvaldo Sérgio Mendes e partimos para o trabalho braçal mesmo, apenas com a nossa equipe e com os dois. Os servidores não foram consultados, nós, como Secretaria-Executiva, não fomos consultados se teríamos algum empecilho, se gostaríamos de ir e, ou, ficarmos à disposição do RH para que nos lotassem em algum local mais disponível, com mais facilidade. Houve aumento no custo de transporte de servidores, além de o local ser, isso ficamos sabendo, perigoso depois de certo horário e não ter segurança. É uma clínica que só tem OS, não tem IPLAN, não tem rede, não tem protocolo para os nossos expedientes. Então, realmente, ficamos muitos sentidos com isso. Eu falo por todos, não falo por mim. Fomos pegos de surpresa. Desculpe a palavra, mas não houve respeito com servidores que têm mais de vinte anos de casa e que estão lotados no Nível Central, porque nossa lotação é no Nível Central, tanto que nosso ponto continua no Nível Central. Informaram que se não quisesse ir que entrasse em contato com o RH para nos colocar em outro lugar; eu não faria isso porque era uma servidora comprometida e não largaria o barco nesse momento para deixar o Colegiado, não só o municipal, mas os conselhos distritais à deriva. Não sou assim, sou concursada, fiz concurso e quando entrei na prefeitura falei com o César Maia, que era o prefeito à época, que vestia a camisa por dentro e não por fora e, então, essa era a minha atitude. Poderiam me mandar 'para o raio que o parta', desculpe o termo, mas continuaria indo nesse primeiro momento para não largar o barco e não deixar de dar continuidade às demandas que eram necessárias. Continuou dizendo que o local é uma clínica, então, talvez, a gente tenha

direito a insalubridade e queria saber isso também porque é uma unidade que as pessoas vão para se vacinar, para serem atendidas e, também, é uma dúvida dos servidores e alguém perguntou onde estava a valorização do servidor. Disse que tinha sido mais ou menos o que tinham conversado e falou que, se alguns deles, que estavam aqui presentes, quisessem se manifestar agora, nesse momento abriria o microfone para eles. Então mais ou menos foi isso que aconteceu. Estão presentes Ana, Marcelo, Conceição e Selma e os outros não estão presentes porque estão de plantão no local da sede onde ainda não temos nada funcionando, mas não podiam deixar fechada e, que, nesse momento, eu estou fazendo a reunião virtual de casa, porque a gente não têm condições de fazer nada lá e nosso horário tem que ser até as dezessete horas, horário de fechamento da clínica e o atendimento de táxi está prejudicado, por isso, também, porque atendiam até às dezoito horas os conselheiros; os mesmos estão reclamando muito e que estão fazendo tudo pelo celular particular, pessoal. Uso meu celular particular, não ganho nada com isso, para atender táxi virtual, táxi corporativo pelo virtual aqui porque a gente não está com acesso a nada. Finalizou chamando os servidores de forma nominal que quisessem complementar o que ela não tinha falado. A **Servidora Selma Maria Belchior** reconhece que o espaço em que estão trabalhando é bom, é amplo, tem aparelhos de ar condicionado, porém não tem acessibilidade nenhuma. São dois lances de escada para subir. Não só como servidora, mas também pelos conselheiros que têm dificuldades. Estamos sem estrutura para trabalhar. Não tem serviço de limpeza. Quando abre a sala o cheiro é de poeira e qualquer pessoa que vá lá, vai ver, inclusive, na reunião da Comissão Executiva todos viram. Torno a dizer que o espaço é excelente. Não nos foi dada a oportunidade de termos uma conversa, de ser chamado para perguntar: Vocês estão lotados no Nível Central, querem continuar aqui ou querem ir para algum setor. Não. Só disseram o seguinte: Quem não estiver satisfeito vá ao RH pedir para ir a um local perto de casa. Disse que, então, manda quem pode e obedece que tem juízo, mas o que coloquei era isso. Estamos até hoje sem estrutura. Eu tenho cobrado ao IPLAN. Eu pedi a muitas pessoas. Hoje no plantão do Táxi Rio a plataforma está péssima e que reportou cinco vezes ao sistema, porque toda hora que pedia cancelavam a corrida e, realmente, está muito difícil essa situação. As caixas que foram esvaziadas estão lá desde o dia em que entramos. Finalizou dizendo que era só isso que tinha para dizer e mandou aplausos para a Coordenadora da AP. 3.2, que, primeiramente, pensou nos servidores, que conversou com eles abertamente para eles poderem escolher o que realmente desejavam para a vida funcional de cada um deles. É só isso. Muito obrigada e boa tarde. Como apenas uma servidora falou, foi aberto o ciclo de pergunta para os conselheiros/as. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** disse que com carinho, grande lamentação e tristeza vai falar o que pensa: “Quando chegou a reunião da Comissão Executiva na clínica, achou uma falta de respeito muito grande, em primeiro lugar, com os nossos trabalhadores e Servidores Públicos, que dão tudo de si para estarem lá nos atendendo. Foi uma falta de respeito, uma falta de amor e sensibilidade ter

feito isso com eles e, em segundo lugar, com as populações que representa, principalmente, da sua comunidade da Rocinha, porque representa os moradores de sua área um a um no CMS/RJ, começando na minha comunidade da minha AP. 2.1, começando do Catete até São Conrado, porque quando conversaram com o Secretário Municipal de Saúde, ficou um ponto a ser decidido na nossa reunião do CMS/RJ. Nós dissemos que íamos levar para a Comissão Executiva, em seguida levaram para a Plenária e foi conversado o seguinte: A Plenária é soberana e decidiu que não. Só que não fomos chamados, não fomos ouvidos, enfim não nos respeitaram. Pegaram o nosso CMS/RJ, nossos servidores como que fossem despejados. Teve inundação na sala do CMS/RJ, está tudo molhado, vão ser todos despejados, mas não teriam que ser despejado só o nosso CMS/RJ, teriam que ser despejadas todas as secretarias que lá funcionam também. Ali houve falta de respeito, pegaram nossos servidores de qualquer jeito, levaram, despejados, meus companheiros, meus trabalhadores, meus servidores, que nos prestam serviços com muito carinho, despejaram vocês. Foi uma falta de respeito muito grande. Quando cheguei lá (na clínica) e vi vocês, como a Senhora Selma relatou aí, caixas jogadas, empilhadas, banheiro que não tem porta, é um armário que tem que puxar para poder ir ao banheiro. Não tem uma escada para subir para quem é deficiente, como a companheira que usa muleta. Então o salão é apropriado para a reunião. Para mim foi um despejo: joga lá naquele salão, vamos lá pegar os que foram despejados naquele salão e eles que se virem e lá jogaram, lata de lixo eu vi tudo isso lá. Não tem local, nem uma mesinha para botar o cafezinho. Tudo largado sabe. Gente o que é isso?. Isso não se faz conosco não, com os trabalhadores, com nosso povo, desmontar o CMS/RJ assim de repente. Vamos dar um jeitinho, vamos primeiro organizar o espaço, conversar, fazer uma reunião com a presidente, com quem é a responsável pela SMS, que poderia dizer que teve ordem de lá, não sei de quem mandou despejar nosso CMS/RJ. Foi despejado, para mim a palavra é essa. Me desculpe, mas eu uso esse termo bem popular. Então vamos conversar com o Secretário Municipal de Saúde que está à frente. Não é assim, vai embora, pegar as trouxas e some daqui, pois como quem não pagou o aluguel, ou foi despejado pela enchente e jogaram lá. Não é assim não, acho que a gente merece um voto de vocês. Afinal de contas o Governo está aí porque apoiamos, nós votamos e merecemos a resposta. Em um momento desses, com nosso CMS/RJ e os que estão aqui são voluntários, não ganham um tostão, fazendo com muito amor, com muito carinho pelo SUS, pelo povo e somos tratados dessa forma. Lá ouviu muito bem quando a Carmem abriu o armário para pegar algo e quase derrubou o salão. Ela disse à conselheira que tinha medo do lugar. E quando chegaram lá viram que é um lugar perigoso, aquela área ali, porque morou perto da Praça da Bandeira. Aquilo é uma área muito perigosa para as senhoras, como a Senhora Selma colocou. É lamentável serem tratados assim, pois esse governo depende de nós, assim como dependemos desse governo e é assim que o governo nos trata. É muito triste. Eu fiquei muito sensibilizada. O salão é um local de reuniões. Se tivessem colocado os servidores em outro local da SMS, uma

salinha faria obras e falaria que vamos recolocá-los em outro espaço e não sair pegando o povo dessa maneira. Então meus irmãos, com muito carinho, eu achei lamentável. Não lembro os nomes das pessoas que agiram dessa forma com nossos trabalhadores, mas “que não engoliu não, mas está engasgada na garganta”. A gente vai pedir um táxi e a companheira falou que elas e eles estão sentindo as consequências, que foi o que a Carmem relatou agora, porque o lugar não é adequado. O nosso CMS/RJ tem que ficar na SMS. Quem tiver sensibilidade, agora, pegue tudo de volta e arranje uma sala na SMS e coloque a gente de volta porque ali não é o lugar para ficar o nosso CMS/RJ, que é representante do povo, pois são o Controle Social e acha que merecem um pouquinho de respeito da SMS e era só isso que quis dizer, muito obrigada. Desculpa o desabafo. A seguir, com a palavra, o **conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro** disse que, se pudesse voltar no tempo, teria ido àquela *reunião*, na qual representava o Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, com dois sacos de dez quilos de areia para colocá-los um em cada perna do Secretário e fazer com que ele (o Secretário) subisse os dois lances de escadas existentes na Clínica da Família Estivadores sem a ajuda de ninguém, até porque, o Secretário se mostrou uma pessoa jovem, com disposição e energia, mas, totalmente, intransigente. (*Reunião em que o Secretário Municipal de Saúde apresentou, a alguns conselheiros, o possível espaço na Clínica da Família Estivadores que a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, bem como o Conselho, ocuparia*). Disse, ainda, que não culpa nenhum funcionário ou servidor da Secretaria Municipal de Saúde pela situação que se apresenta, porque a decisão da mudança para a Clínica foi unilateral; que o Secretário desrespeitou o Conselho Municipal de Saúde no momento em que soube que havia uma senhora que faz uso de bengala no grupo e não havia corrimão em um dos lances de escada da Clínica. Contou que o Secretário subiu os dois lances de escada em dois passos; que ele (o conselheiro Marcello) já foi atleta de alto rendimento, mas que, hoje, tem o joelho bichado, tem problemas na coluna e não consegue ficar muito tempo em pé. Contudo o Secretário se esqueceu de olhar para as pessoas que, hoje, fazem a diferença no Controle Social. Acrescentou que a decisão da mudança do Conselho para a Clínica foi do Secretário, logo, a responsabilidade é dele, pois deveria ter tido um pouco mais de sensibilidade. Explicou que com isso não está desmerecendo a Clínica, pois sabe que é um local onde se atende à população, mas que ela está situada em lugar perigoso, inclusive com pessoas embriagadas na porta, não sendo, portanto, o local ideal para alocar o Conselho Municipal de Saúde. Esclareceu que os conselheiros não recebem salário para atuarem no Conselho, que trabalham porque gostam e acreditam no SUS, mas que houve falta de respeito para com todos e esta partiu do senhor Secretário, pois, já na negociação, ele se mostrou contrário. Falou que está no Controle Social; que usa o SUS, embora, graças a Deus, não dependa, totalmente, dele por ser servidor público federal e ter o Hospital das Forças Armadas que o atende, porém os filhos dele precisam do SUS, a família dele precisa, os amigos dele precisam e todos os que estão nesta sala precisam. Que essa é a razão pela qual luta e porque

não é egoísta, pois que, caso se machuque, saberá onde irá parar, mas meus parentes não. Chamou a todos a parar com a hipocrisia porque sabe muito bem que, na própria Secretaria Municipal de Saúde, há pessoas que quando adoecem vão para as Clínicas particulares, não entram na fila do SISREG. Referiu-se, mais uma vez, à falta de respeito para com o Conselho Municipal de Saúde, para com pessoas idosas que, ainda, estão lutando para dar um conforto à população civil. Expôs algumas das alternativas que o Secretário tinha para decidir para onde ia o Conselho sem a necessidade de tirá-lo do Nível Central, pois havia outros espaços dentro da Prefeitura que poderiam ser ocupados. Falou que a forma como foi decidida a mudança do Conselho pelo Secretário, exigiu da Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes e, também, de outras pessoas com mais idade, sacrifícios. Disse que os conselheiros querem ser úteis à sociedade, querem ser produtivos. Acrescentou, ainda, referindo-se à reunião da apresentação do espaço na Clínica da Família Estivadores ao grupo de conselheiros que, com o olhar de cidadão, com o olhar de militar, não havia visto nada que favorecesse os conselheiros com essa mudança. Ademais, já que o local para a mudança do Conselho Municipal estava decidido pelo Secretário, deveriam ter providenciado toda a estrutura para tal, como a limpeza, cabeamento para internet e etc., pois a Secretária Executiva do Conselho Carmem Terezinha Gomes Sasaki e sua equipe tinham que dar continuidade aos trabalhos. No entanto, a resposta que tiveram foi: - se você não está satisfeito, você vai para o RH. Disse que falar dessa forma com o servidor público que está vestindo a camisa é motivo de registro em Ata, porque nem o Secretário ou quem quer que seja pode falar dessa forma com o servidor público e que quer deixar claro que a Clínica da Família é uma boa Clínica, mas para o Conselho Municipal que têm conselheiros, senhores e senhoras, com comorbidades, não serve. Encerrou a fala, dizendo que a culpa é do Secretário, pois havia sido ele quem decidiu o local da mudança e é ele que tem o poder da caneta, mas, também, é ele que tem que rever a situação antes de sair do cargo. A seguir, foi passada a palavra à **a conselheira suplente Solane Leonor Carvalho de Lima** que, após cumprimentar todos, referindo-se à questão da mudança, disse que não conheceu esse novo espaço onde está o Conselho Municipal, mas que, após ouvir os relatos feitos, entende que essa Unidade não dispõe de acessibilidade para pessoas com deficiência ou para pessoas com mobilidade reduzida. Prosseguiu dizendo que o entendimento dela era muito claro com relação a esse fato. Que o Brasil ratificou uma Convenção Internacional na qual a Lei Brasileira de Inclusão se baseia - "Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência". Como essa Convenção foi ratificada pelo Brasil, ela tem força de Emenda Constitucional, portanto, a acessibilidade é um direito constitucional. Se um estabelecimento, principalmente, os estabelecimentos públicos, não dispuser de acessibilidade para pessoas com deficiência, esse estabelecimento está em um estado ilegal. Então, parece-lhe inadmissível que uma Unidade de Saúde que atende ao público e sendo do Sistema Único de Saúde do Município não tenha essa acessibilidade; que se coloque o Conselho Municipal de Saúde em um local como esse, sabendo,

inclusive, que o Conselho têm pessoas com deficiência - cadeirante, e, ainda que não tivesse, é inadmissível um local voltado para a Área da Saúde sem acessibilidade em pleno ano de 2022. Perguntou se o próprio Município está desrespeitando a legislação vigente e se a LBI é desrespeitada?. Ela mesma respondeu dizendo que todos sabem que é desrespeitada, mas que cabe a todos cobrar, reclamar, não aceitar isso. Acrescentou que, pelo que foi dito, não se trata somente de ser um local que está em péssimas condições, é um local que está em um estado ilegal, ele está em condições que não estão dentro das normas constitucionais. Explicou que a acessibilidade é a porta de entrada para todos os outros direitos: direito ao trabalho, à educação; que tudo passa pela acessibilidade e que é uma garantia fundamental que está em Lei. Disse que, na humilde opinião dela, esse assunto não tem que ser discutido: se o local não é acessível, ele não serve, ele não pode atender a um Conselho Municipal dessa natureza, onde há representantes da sociedade civil com deficiência, e pessoas com dificuldade de mobilidade. Que, o quê agora pleiteiam, tem que partir, principalmente, do argumento de que existe uma Lei, e essa Lei está sendo descumprida; o que é lamentável, triste e desrespeitoso. Finalizou a fala dizendo que se esse local for mantido como sede do Conselho Municipal de Saúde, a titular dela nunca poderá ir até lá, pois é cadeirante e, ela, como suplente, também, não. Ou terão que ser carregadas para chegar até lá; o quê, sinceramente é revoltante e, isso, é o mínimo que se pode falar sobre o assunto. Prosseguindo, foi passada a palavra à **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, que disse que quer ressaltar as palavras da companheira Solane e dizer que ficou, absolutamente, impactada assim que chegou à nova sede do Conselho Municipal de Saúde pela questão da acessibilidade. Entende que essa decisão deve ser repudiada totalmente, porque é inaceitável a condição de total indignidade para com as pessoas com deficiência ou baixa capacidade de locomoção que precisam acessar o Conselho. Acha que se trata de uma situação, realmente, grave, de extremo repúdio e, diante disso, presta total solidariedade a todas as pessoas com deficiência que desejam estar no Controle Social e acessar a sua sede. Sobre a forma como todo esse processo de mudança aconteceu, a conselheira entende que não foi bacana e que, nesse momento, não cabe a ela julgar se foi só uma movimentação dos presidentes, mas acha que ao pleno, em todo o momento, não foram dadas as devidas informações como deveriam ser, embora não estivesse desavisado. Disse que, de fato, não se sente plenamente esclarecida sobre o procedimento, sobre o formato. Acha que faltou um pouco mais de contato com as pessoas que fazem parte do pleno do Conselho e se sente bastante esvaziada de conseguir acompanhar como esse processo da mudança se daria, mas que se trata de um desrespeito, um descuido e entende que o Conselho Municipal de Saúde deve repudiar essa mudança, a forma como foi feita e solicitar uma imediata solução para os problemas apontados, inclusive, em relação às vidas dos servidores que estão por lá. Por fim, pediu ao Conselho que faça um manifesto de repúdio à situação atual. A seguir, com a palavra, a **conselheira Elizabeth Guastini**, também, pede que o Conselho

faça um documento de repúdio à forma como foi feita a mudança e por entender que a nova sede do Conselho vai impossibilitar a presença de muitos conselheiros. Informou que o Sindicato dos Enfermeiros está nessa luta e não aceita essa localização, por ser um lugar que pode comprometer a segurança de todos. Findou a fala, dizendo que o Conselho tem que se mobilizar para tentar retornar à Prefeitura. Continuando, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, informou que a **conselheira Cleide Fernandes da Silva** havia escrito no chat que gostaria de saber o motivo da mudança e se essa mudança é permanente ou provisória. A seguir, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que ouviu atentamente tudo o que os conselheiros tinham falado, que é solidário a eles, mas que precisam entender como todo esse processo ocorreu. Contou que é verdade que a Clínica Estivadores tem dois lances de escadas e que presenciou a cena de uma senhora com colete cervical deambulando muito mal, apoiada por uma Agente Comunitária de Saúde para que pudesse subir as escadas e chegar até o primeiro andar onde seria atendida. Diante disso, disse que existe uma Lei que, naquele momento, estava sendo desrespeitada e que, agora, era mais uma vez desrespeitada para com o Conselho Municipal de Saúde. Acrescentou que, segundo a gestão, a mudança aconteceu por causa de uma obra que farão para melhorar o atendimento no Conselho Municipal de Saúde e que, segundo informação, o Secretário de Saúde se comprometeu com a volta do Conselho Municipal para o Nível Central daqui a cinco ou seis meses. Relatou que foi convidado pela **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** a ajudar na mudança e esteve presente durante 3 dias prestando ajuda, porém a informação que tinha era que sairiam do sexto andar para o Auditório Meri Baran, localizado no oitavo andar e que, de repente, tudo mudou: a mudança não era mais para o Auditório Meri Baran e sim para a Clínica Estivadores que é totalmente irregular no sentido de atender pessoas com deficiência, inclusive os conselheiros portadores de deficiência. A partir daí, houve uma discussão sobre o assunto na reunião da Comissão Executiva, onde, inclusive, foi comentada a questão do desrespeito aos funcionários, porque diferentemente do que aconteceu no Conselho, com eles não houve nenhuma conversa individual ou coletiva de modo que pudessem se posicionar. Perante esse fato, a Comissão Executiva pediu à Secretária Executiva providências para que os funcionários que quisessem, pudessem se manifestar. Terminou a fala dizendo que participou na mudança desmontando, montando e carregando móveis, embora a Prefeitura tenha disponibilizado quatro ou cinco trabalhadores para isso; que foi isso que viu e que são corretos na análise com relação ao fato. A seguir, foi passada a palavra ao **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** que, após cumprimentar os presentes, perguntou se o Conselho Municipal de Saúde é órgão consultivo ou deliberativo. Depois, citou vários instrumentos legais como: Lei Federal 8.142 de 1990 que cria os Conselhos, a Lei 8.080, o Decreto 99.428 de 1990, Lei Municipal 1.746 de 23/07/1991, a Lei 2.011 de 31/08/1993, alteração 6.704 de 07.01.2020. Prosseguindo, disse que, baseado nessas leis, propunha que fosse encaminhada a questão em tela à Comissão Executiva

para que, em seguida, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes encaminhe ao Ministério Público, à Câmara dos Vereadores, à Assembleia Legislativa, à Câmara dos Deputados Federal, ao Senado, ao Conselho Nacional de Saúde e ao Supremo Tribunal Federal os fatos. Disse, ainda, que alguma coisa precisa ser feita com a injustiça que estão fazendo com o Controle Social; que não é possível que não exista autoridade nesse país; que sejam tomadas as providências cabíveis, por todos os meios possíveis, dentro da formalidade da Lei objetivando, de imediato, a inversão de todo esse processo. Finalizou a fala pedindo desculpa aos presentes e dizendo que não vai aturar isso de forma alguma; que não dá para suportar a injustiça que o Controle Social está sofrendo. Na sequência, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, com a palavra, falou que, quando soube pelo Gabinete do Secretário de Saúde que teriam que se mudar para que a sede do Conselho entrasse em obras, houve várias articulações. Contou que, no papel dela de Presidente do Conselho Municipal de Saúde, falou para o Secretário de Saúde e seu secretariado que levaria a proposta para a Comissão Executiva. Essa Comissão fez um documento. Falou que levou duas vezes para o pleno, portanto o pleno havia tomado ciência do caso; que vários documentos foram tirados e que foi solicitada, pelos Presidentes, uma reunião com o Secretário de Saúde em seu gabinete. Nessa reunião, alguns presidentes que não compareceram, mandaram representantes e, nela, foram oferecidos pelo próprio Secretário de Saúde, vários locais para a mudança; porém, resolveram buscar outros meios por entender que o Conselho deveria ficar dentro da Prefeitura, até mesmo para cumprir o que determinam as Leis vigentes citadas pelo conselheiro Ludugério Antônio da Silva. Acrescentou que está respondendo a vários órgãos que os Conselhos, quer sejam municipais, estaduais ou nacional, e suas respectivas Secretarias Executivas são órgãos que fazem parte do Gabinete do Secretário, logo não podem sair do lado da Secretaria de Saúde e nem do Secretário porque precisam dele para quaisquer deliberações do Conselho. Ainda, que nessa reunião, o Secretário convidou os Presidentes presentes a irem ver alguns locais possíveis para a mudança, mas, pelo curto tempo, foram somente à Clínica Estivadores; que lá, a única observação que foi citada foi a falta de acessibilidade. Afirmou que isso foi exposto pelos presidentes. Que a fala do Secretário foi de que precisava do espaço que o Conselho ocupava, por um tempo; que todos os presentes ouviram dele que as reuniões da Comissão Executiva e as reuniões Ordinárias continuariam dentro da Prefeitura, no auditório Meri Baran ou em outro local que fosse bem acessível. A **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que deixa claro que, em nenhum momento, o Secretário de Saúde disse que o Conselho Municipal de Saúde não voltaria; que em uma reunião que houve com ele e seus assessores, foi perguntado por quanto tempo o Conselho funcionaria fora e a resposta que deram foi de que seria por cinco a seis meses; que, após, retornaria à sede da Prefeitura, de preferência, no oitavo andar por ser mais amplo e ficar próximo do auditório Meri Baran e, também, pela acessibilidade

aos conselheiros portadores de deficiências, cadeirantes e etc. Contou que levou para a Reunião Ordinária do Conselho essa fala do Secretário e que houve, por parte dos conselheiros, a decisão de se elaborar um documento que pedia ao Secretário a garantia do retorno do Conselho à sede da Prefeitura, dentro de cinco a seis meses, caso saísse do 6º andar para outro lugar fora da Prefeitura, e que esse ofício nunca teve retorno por parte da Gestão para que a Presidente pudesse levar a resposta à Plenária. Contou, ainda, que houve uma deliberação de que a obra tinha que começar até fevereiro, porque estava orçada. Diante do fato, articulou com a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki junto aos assessores do Secretário que dessem ao Conselho um espaço dentro do Meri Baran, que já está bem reduzido, mas que o Secretário promete abrir todo, para guardar as coisas por um período curto. A seguir, outra deliberação da Gestão, informava que o Conselho não podia ir para o Meri Baran porque, naquele momento, todo o sexto, sétimo e oitavo andares estavam em obras. Após, a **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** conversou novamente com os Presidentes, mas não houve tempo hábil para levar ao pleno. Afirmou que o Secretário sempre deu a garantia de que o Conselho Municipal de Saúde estaria de volta à sede da Prefeitura dentro de um prazo de cinco a seis meses (só não têm essa palavra documentada), mas que o Conselho precisava desocupar a sala. Uma vez assim, disse que ela (a Presidente) e a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki foram ao Gabinete do Secretário e, lá, disseram que, embora não tivessem em mãos o documento assinado por ele (o Secretário) garantindo o retorno do Conselho à sede da Prefeitura, pela pressa apresentada para o início das obras, o Conselho mudaria. Para proceder à mudança, contou que solicitou ao Gabinete do Secretário um carro oficial para levar os documentos oficiais e que o gabinete cedeu. Chamou o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, que é o substituto dela na Presidência, para acompanhar todo o processo da mudança. Contou que para a mudança foram disponibilizados sete profissionais, contando com o motorista do caminhão; que foram eles que pegaram o peso maior, mas que ela (a Presidente do Conselho), o Conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, a Secretária Executiva e todos os servidores da Secretaria Executiva colaboraram na mudança acondicionando de modo organizado os pertences do Conselho nas caixas, desmontando e montando os móveis e até carregando os materiais. Assim aconteceu a mudança. Referiu-se ao local para onde o Conselho foi como um local amplo, porém pensou que, por ser um prédio onde funciona uma Clínica da Família, tivesse, ali, a estrutura necessária para a continuidade dos trabalhos como: telefone, internet, acesso à rede da Prefeitura e etc. de modo a dar operacionalidade aos onze Conselhos (dez distritais e um municipal). Diante do fato, mostrou a necessidade de se dar essa operacionalidade ao Conselho, o mais rápido possível, ainda que provisoriamente, conforme a palavra do Secretário de Saúde. Contou que, após a mudança, o IPLAN esteve na Clínica da Família e nada pode fazer porque a rede que atende ao Conselho é do IPLAN, mas toda a rede disponibilizada na Clínica é da Organização Social que atua lá.

Então, essa Organização Social pode disponibilizar dois pontos de rede para o Conselho. Falou, também, do número reduzido de funcionários que, atualmente, trabalham na Secretaria-Executiva, por conta da aposentadoria de dois deles e, também, por conta de mais dois que estão prestes a se aposentar. Disse, ainda, que, embora com esse número reduzido de funcionários, a Secretaria Executiva nunca deixou de atender aos Conselhos com a disponibilização e a prestação de contas de vales transportes, tíquetes refeições, elaboração de atas, encaminhamentos e recebimento de documentos das entidades que compõem os Conselhos e outros serviços. Contou, também, que somente na primeira Reunião da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde, acontecida na Clínica da Família, soube que os servidores públicos concursados deveriam ter sido consultados, antes da mudança, se queriam ou não trabalhar na nova sede, ainda que, provisoriamente, e com a garantia de retorno dada pelo Dr. Daniel Soranz, Secretário de Saúde. Lembrou que, em uma pequena conversa entre os servidores da Secretaria Executiva e ela (a Presidente do Conselho) e a Secretária Executiva, imediatamente, antes da mudança, houve o entendimento de que todos ficariam juntos em qualquer lugar até o retorno da sede do Conselho na Prefeitura em cinco meses, conforme palavra do Secretário de Saúde. Pediu aos conselheiros que entendessem que o local da nova sede é perigoso, mas que todo o Rio de Janeiro é perigoso, também. Disse que teve uma conversa com a Secretária Executiva sobre rever as cargas horárias dos servidores, de modo que cheguem mais cedo e saiam cedo. Referiu-se a um documento com várias reivindicações que havia sido enviado ao Secretário de Saúde e que, até aquele momento, estava sem resposta. Aguardam, principalmente, a garantia do retorno do Conselho em cinco ou seis meses para a sede da Prefeitura, devidamente documentada. Disse que precisa desse documento para comunicar ao Ministério Público, à Câmara de Vereadores, ao Conselho Estadual, que está em organização nacional, que houve essa mudança. Quanto à questão funcional do servidor, disse que todos ficaram insatisfeitos porque o espaço não tem estrutura para funcionar e isso prejudica todos os serviços, inclusive o Táxi Rio, que todos usam e precisa da internet para ser executado, fazendo com que os servidores usem os seus próprios celulares particulares para operacionalizar o serviço. Após, propôs aos conselheiros que fizessem um novo documento para o Secretário de Saúde solicitando que ele documentasse a promessa feita verbalmente do retorno do Conselho à Secretaria Municipal de Saúde dentro de cinco, seis meses. Em seguida, o **conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro** perguntou se o Conselho Municipal de Saúde conseguiria retornar, caso o Secretário de Saúde saia do cargo para se candidatar. Então, a **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes**, dirigindo-se ao conselheiro, disse que tem ouvido de muitos conselheiros e Presidentes a possibilidade de o Secretário de Saúde sair, mas que, em nenhum momento, o viu oficializar sua candidatura, embora tenha saído na mídia a notícia de que o Prefeito o havia indicado para ser candidato. Portanto, a garantia documentada vai oficializar o compromisso do retorno, ainda que seja para

apresentá-la ao novo Secretário que porventura venha a assumir o cargo. Prosseguindo, a **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra à **conselheira Cleide Fernandes da Silva** que disse que, pelo que havia entendido do relato da Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes, houve uma conversa em que foram combinadas algumas coisas como: as reuniões seriam feitas em algum local que fosse acessível e a guarda das coisas (os materiais do Conselho) ficaria em outro espaço. Então, pelo que deduz, aconteceram vários ruídos e por conta deles ou, até mesmo, pelo fato de não ter havido comunicação em tempo hábil para se passar adiante, houve essa confusão toda, de forma muito ruim e acabou por gerar insatisfação de forma geral naqueles que participaram dos acontecimentos. Entende que é preciso tomar cuidado com essas situações, porque o sentimento do outro é coisa muito delicada. A acessibilidade é assunto muito delicado e, muitas vezes, a pessoa que indica um local não tem esse olhar, por isso é importante que se vá ao lugar indicado para ver se atende ou não ao que é preciso. Contou que havia convidado uma pessoa próxima, que não é amputada, embora seja cadeirante, com uma síndrome neurológica, a participar da posse no Conselho Distrital de Saúde, na terça-feira passada, na CAP 4.0, mas que, antes, havia avisado a essa pessoa da dificuldade da acessibilidade ao local e que ela teria que ser carregada até o segundo andar, porque lá não havia elevador para ela. Diante desse episódio, frisou a necessidade de se conhecer o local antes, para que não fique a sensação do “Por que não foi feito?” Finalizou a fala dizendo que entende que, às vezes, enquanto conselheiros, ficam limitados e, por isso, não conseguem fazer algumas ações que no futuro terão desdobramentos. Também entende que obra e dinheiro investido necessitam ser executados porque existe limite para isso e que, enquanto protocolo, acha que se há alguma dúvida, é importante chamar as pessoas e conversar. Em seguida, a palavra foi passada à **conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal** que iniciou a fala dizendo que tinha ouvido atentamente tudo o que fora colocado. Achou bom que a Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes tenha feito um resgate da realidade porque, às vezes, palavras avulsas soam muito mal e, ali, ouvira algumas. Disse que respeita todas as colocações ali expostas, principalmente, a da acessibilidade, mas que, em momento nenhum, foi dito que se houver reunião presencial, esta será dentro da Clínica Estivadores. E, sim, se estas porventura forem presenciais serão realizadas no prédio da Prefeitura. Lembrou, entretanto, que a última reunião da Comissão Executiva, até por uma questão de ir conhecer o espaço na Clínica, foi realizada lá. Sobre as “palavras avulsas” que tinha ouvido, referiu-se ao “banheiro não tem porta” e disse que de fato a Clínica não tem acessibilidade, mas que sobre o banheiro não ter porta não é verdade. Ocorre que existe uma abertura no espaço que o Conselho Municipal ocupa (todo o auditório), onde, provisoriamente, foi colocado um armário para que ninguém da Unidade adentrasse naquele espaço. Nessa abertura colocarão uma divisória. A seguir, disse que gostaria de saber da Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki, que é um braço do Secretário de Saúde,

se já conversou com a gerente da Clínica da Família e solicitou que ela (a gerente) disponibilize um funcionário para a limpeza para que, diariamente, retire o lixo e passe o pano. A respeito do que a Secretária Executiva falou de, agora, não ter condições de fazer as reuniões na Clínica da Família, porque lá não tem estrutura, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** lembrou que, quando a sede do Conselho era na Secretaria de Saúde, ela (a Secretária Executiva), também, não as fazia lá, nesse momento de pandemia. Fazia as reuniões de dentro da casa dela por uma questão de internet melhor. Contou que, também, passa por isso; que, hoje (o dia da reunião) a internet está maravilhosa, só caiu no início da reunião, mas, em geral, faz do telefone dela e, então, fica somente com o áudio, não fica com o vídeo, porque a internet não sustenta as duas coisas. Entende que, como a Secretária Executiva sempre fez as reuniões da sua residência, alegando ter uma internet melhor, a justificativa do “não posso fazer na Clínica Estivadores” não procede. Alguém que não se identificou, a respeito do questionamento da conselheira Cleide Fernandes da Silva, observou que falta o documento com a resposta se a mudança do Conselho é provisória ou definitiva. Então, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** falou que a Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes já havia esclarecido a fala do Secretário e que só falta o documento que está em mãos do Chefe de Gabinete com as respostas aos questionamentos do Conselho. Sobre um outro ponto que ouviu, disse que pede desculpas a todos os funcionários, agentes comunitários, dentistas, técnicos de enfermagem, enfermeiros e médicos que, independente, da situação da localidade, precisam ir a locais perigosos e atender muito bem a população. Disse que onde um funcionário da Prefeitura vai, ela também pode ir; que não é melhor do que ninguém; que se no Alemão é perigoso, existe uma Clínica, como profissional da Prefeitura foram para lá. Acrescentou que os servidores, quando fizeram concurso foram para a Prefeitura e a Prefeitura compreende da CAP 1.0 a 5.3 com locais de violência ou não; que o Conselho Municipal de Saúde pode ter esse tipo de comportamento; porém, os servidores não podem porque a população precisa deles que, muitas vezes, está dentro de uma comunidade carente, dentro de uma comunidade violenta. Acrescentou que é preciso ter muito cuidado e lembrou que na reunião passada da Comissão Executiva havia falado sobre isso; que se sente envergonhada em dizer que não podem estar aqui em um lugar perigoso, mas os profissionais podem. Falou que há representantes no Conselho que são profissionais e que, de antemão, pede desculpas a eles, se eles trabalham em um lugar perigoso, mas é porque essa situação faz parte do trabalho. Diante dessas colocações, perguntou se já aconteceu alguma manifestação para fechar esses equipamentos, por estarem em lugares tão perigosos que, de repente, nem são importantes naquela localidade. Disse, ainda, que respeita a opinião de cada um, mas se sente envergonhada por essa colocação, principalmente, perante os profissionais que trabalham em condições muito piores de violência do que a que existe na Clínica da Família Estivadores. Com relação à questão da acessibilidade, disse que, realmente, naquele espaço não existe acessibilidade e que gostaria que a Secretária

Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki respondesse quantos pontos de internet estão funcionando, hoje, na Clínica. Referiu-se à abertura de chamados que haviam feito ao IPLAN para que fossem até a Clínica. Disse que, nos dias de hoje, até o Processo Rio funciona pela WEB e que é isso que o Conselho irá utilizar enquanto documento, mas que a Secretária Executiva do Conselho fala que precisa deixar os documentos em rede. Contou que ela própria (a Secretária Executiva) havia dito a uma pessoa do Gabinete que fizera um backup dos documentos, caso precisasse de alguma coisa. Isto posto, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, disse que, por uma questão provisória, disponibiliza os computadores da Secretaria de Saúde para a Secretária Executiva e para qualquer profissional do Conselho, que necessite ocupá-los de modo que possam ter acesso à rede da Prefeitura, enquanto a CAP providencia pontos de internet. Explicou que, quando as pessoas fazem uma obra nas casas delas, elas colocam a mesa da cozinha num cantinho do quarto ou no cantinho da sala e, muitas vezes, a família toda não cabe à mesa ou têm que ficar apertados ou, até mesmo, comer com o prato na mão; que obra é assim e que esse nem é o caso do Conselho na Clínica Estivadores, pois têm lá um amplo espaço. Esclareceu, também, que o Conselho não necessita que se instalem na Clínica oito, dez pontos de internet; que não há necessidade de se fazer esse esforço nesse momento já que se trata de uma permanência provisória do Conselho na Clínica. Contou que soube pela Coordenadoria que, quando o Conselho chegou à Clínica, havia um ponto de internet e que sabe que é pouco. Pediu que a Secretária Executiva do Conselho confirmasse se, naquele dia (o da reunião), havia dois pontos de internet e que fora pedido que instalassem mais três pontos para o Conselho, ficando, então, com cinco pontos de internet, de forma provisória, até o retorno do Conselho. Disse que acha que os cinco pontos serão suficientes, mas quer saber quantos estavam funcionando naquele dia (o da reunião). Quanto à falta de respeito aos servidores, concorda com a fala da Sra. Paula Carneiro de que ninguém é obrigado a mudar de lugar se não quiser. Acrescentou que se qualquer servidor tivesse falado que não queria ir para a Clínica Estivadores, ele poderia ter se dirigido ao RH e falado que preferia ser lotado ao lado da sua casa ou ficar dentro da Secretaria de Saúde até o Conselho retornar; que muitos administrativos trabalham dentro da Secretaria e que precisam muito deles em vários pontos. Ainda, que ninguém foi obrigado a ir; que ninguém obriga ninguém a ir a lugar nenhum, principalmente um servidor concursado, e sim para onde há a necessidade. Reforçou que o servidor que estiver se sentindo incomodado pelo deslocamento, que converse com a Cristina, que é a Coordenadora de RH, para que possam resolver esse caso até que se defina a situação. Explicou que foi nesse sentido que a Gestão colocou que o servidor poderia se dirigir ao RH, porque ele tem esse direito e, até mesmo, se colocou à disposição para recebê-lo no Gabinete do Secretário. Reforçou, também, que as reuniões que se fizerem de forma presencial, doravante, serão realizadas no prédio da Prefeitura, exceto aquela que foi feita pela Comissão Executiva, realizada na Clínica Estivadores para que fosse conhecido o local. Esclarecendo outro

ponto, disse que a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki havia estado na Secretaria de Saúde, na semana da reunião, conversando com uma assessora de Gabinete e passando a ela (a assessora) todos esses pontos. Então, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que gostaria de saber da Secretária Executiva o que havia ficado definido. Perguntou se ela (a Secretária Executiva) conversara com a gerente da Unidade solicitando a limpeza do espaço e se o pedido foi negado. Disse, ainda, que queria conversar com a gerente da Unidade para saber como se deu essa negação. Após, dirigindo-se a Secretária Executiva perguntou-lhe se houve a negação de limpeza. E, com a palavra, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** respondeu que não, que não houve negação de limpeza, mas que, em um primeiro momento, quando chegaram à Clínica, a Coordenadora da AP 1.0 falara que nada seria feito pela Organização Social; que o Conselho não deveria se reportar à OS.; que, para tudo o que fosse feito para Conselho na Clínica, deveriam se reportar a ela (a coordenadora) ou ao Gabinete da Secretaria de Saúde. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** perguntou-lhe, então, se ela (a Secretária Executiva) havia se reportado sobre o assunto do lixo à Coordenadora da AP 1.0. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** disse que sim e que, se não estava enganada, a Coordenadora havia falado com a servidora Selma para ver com o rapaz encarregado da limpeza no auditório, que é funcionário da Organização Social. Em seguida, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** tornou a perguntar à Secretária Executiva se havia conversado com a gerente da Unidade e o que ela (a gerente) lhe respondera. Então, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** disse que a gerente da Unidade dissera que a limpeza do auditório seria feita pelo rapaz que faz a limpeza na Unidade. A seguir, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** perguntou se a limpeza tem sido feita e a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** respondeu que sim. Isto posto, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** perguntou se o ambiente não estava mais sujo e a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** respondeu-lhe que agora não estava mais sujo. Logo depois, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que é preciso ter muito cuidado com aquilo que é dito, porque o cenário que foi colocado para ela, deu-lhe a sensação de que a Unidade não está limpando o espaço que o Conselho está ocupando na Clínica; o que não é verdade; que no dia que o Conselho chegou à Clínica, realmente, o espaço não estava limpo, mas hoje está limpo e quer que fique bem registrado que não foi isso que foi dito para ela. Explicou que caixas vão existir; que em nossas casas, também, encaixotamos os nossos pertences quando vamos fazer uma obra. Referiu-se à necessidade urgente de se dar baixa em patrimônio que não é mais usado, como por exemplo, o fax e a máquina Xerox que não funcionam mais. Falou que é preciso que a Secretária Executiva e os profissionais tomem essas providências que já foram pedidas. Acrescentou que procura ajudar; que quem a conhece, sabe que é muito justa e que tem que falar aquilo que é verdade. Referindo à visita do Secretário juntamente com os presidentes à

Clínica da Família dos Estivadores, disse que o Secretário foi lá, os Presidentes dos Conselhos tiraram fotos, selfs, jainhas, likes e não colocaram todas as dificuldades ali existentes e, depois, é que raciocinaram, mas é como a Presidente do Conselho falou o Secretário se comprometeu que será provisório. Esclareceu que para usar o “Processo Rio” não precisa da IPLANRIO e, mais uma vez, colocou à disposição da Secretária Executiva do Conselho o computador do Gabinete para quando precisar da rede da Prefeitura e cumprir o horário. Em seguida, perguntou à Secretária Executiva quantos pontos de internet existiam na Clínica, hoje (no dia da reunião) e a Secretária Executiva respondeu que há somente um funcionando com a rede da OS., e que o IPLAN não esteve lá. Então, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que o IPLAN não vai conseguir instalar a rede na Clínica; que a internet será instalada pela Clínica da Família e que a CAP está providenciando os pontos de internet lá. Falou que é por isso que repete que, como braço do Secretário de Saúde, a Secretária Executiva, quando precisar da rede Prefeitura, terá que ir até o Gabinete para trabalhar, bem como qualquer outro profissional que precisar. Na sequência, disse que logo instalarão cinco pontos web e pediu que a Secretária Executiva confirmasse se na Clínica existem dois pontos e somente um está funcionando. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** respondeu que não havia conseguido acessar esse segundo ponto; que só consegue ter acesso ao ponto onde o computador que usa para trabalhar está conectado e que não é técnica, por isso não tem como resolver a situação. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, então, disse que a CAP havia lhe informado que já existia um segundo ponto instalado e que instalará mais três e, assim, pedirá a uma pessoa para solucionar o problema. Por fim, disse que, com certeza, o documento está na mão do Chefe de Gabinete e será respondido a todos os Presidentes dos Conselhos e à Comissão Executiva quando colocarem. Prosseguindo, a **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** pediu a palavra e disse que tinha uma colocação a fazer. Falou que com muito carinho e respeito à conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal, queria dizer a ela que, com relação à violência e perigo que existem nos arredores da Clínica, quando as pessoas moram dentro de um território violento e perigoso existe uma situação. Eles conhecem todos que moram lá. Contou que mora na Rocinha, um lugar com violência, um território vigiado, onde eles sabem quem entra e quem sai; que os Agentes Comunitários de Saúde que trabalham lá são conhecidos e eles têm um respeito muito grande por toda a equipe. Porém, a situação é diferente quando se vai para outra área onde eles não conhecem as pessoas, como é o caso da Clínica da Família Estivadores que, quando as pessoas que não moram nessa área chegam lá, eles já olham diferente. Reconhece que há lugares mais violentos como a área do Alemão, mas queria deixar bem pontuada a colocação que fez porque mora na Rocinha há cinquenta anos e quando os moradores levam para dentro da comunidade alguém estranho, têm que dizer que o estranho está entrando com o morador. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que é verdade e acrescentou que, inclusive, quando contratam um

médico, ninguém conhece aquele médico; quando contratam um enfermeiro, ninguém conhece aquele enfermeiro; quando contratam um técnico de enfermagem, ninguém o conhece. Mas eles, bravamente, vão até o seu local de trabalho e ali começam a ser conhecidos como pertencentes àquela Unidade, exceto o Agente Comunitário de Saúde que, em geral, mora no território. Por isso, continua afirmando o seu respeito a todos os profissionais que se dedicam ao SUS, independente de ser um local seguro ou não. Contou que, também, já trabalhou em diversos lugares dessa cidade e nem todos eram tão seguros, mas nunca deixou de cumprir enquanto servidora o seu trabalho. Com a palavra, novamente, a **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** contou que na Rocinha, uma vez por mês, recebem médicos da Comunidade Compassiva vindos de todo o Brasil, que vêm fazer atendimento aos pacientes acamados com cuidados paliativos. Contou que vêm de São Paulo, Santa Catarina e até do nordeste e, quando chegam à Rocinha, entram na Comunidade com as pessoas de lá e que na Associação já sabem que esses profissionais vão chegar. Explicou que esse trabalho está sendo feito há cinco meses e que é uma parceria com a rede, porque a Clínica da Família existente naquele território, sozinha, não dá conta de atender à todos. Referiu-se, também, ao respeito muito grande que eles têm pelos médicos, profissionais de saúde, enfermeiros e fisioterapeutas. Esclareceu que quando chega alguém novo na Clínica da Família, eles, na Associação, já estão sabendo que alguém foi contratado e todos já se movimentam com respeito para com aquele médico, enfermeiro, profissional que está chegando. Findou a fala dizendo que na Rocinha as coisas funcionam dessa forma e que fala sobre a Comunidade onde mora. Após, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que quer deixar registrado que está à disposição, no Gabinete, de cada profissional que está trabalhando no Conselho e esteja se sentindo desconfortável de trabalhar naquele espaço, para acompanhá-lo até a Coordenadora de RH e ver o que é possível fazer. Prosseguindo, a **servidora Selma Maria Belchior Matos** solicitou a palavra e disse que jamais mentiria quanto à limpeza do local; que, de fato, no dia anterior (ao da reunião em curso) não tinha ido ao trabalho porque a cunhada falecera e ela tinha ido ao enterro, mas que na sexta feira tinha ido da semana anterior, o local estava sujo e não estava sendo varrido. Contou que chega ao trabalho às oito horas da manhã; que pode afirmar isso com certeza; que não vai passar por mentirosa e que todos os colegas que trabalham com ela são testemunhas de que a limpeza não estava sendo feita e o local estava sujo. Acrescentou que a gerente Daniele está sendo solícita; que o banheiro é excelente, limpo e tem porta. Explicou que o que não tem porta é o acesso do setor (auditório) para corredor que leva ao banheiro, mas que já atendeu a uma pessoa da manutenção, Sr. Eduardo, que por sinal perguntou a ele se era da Secretaria e ele informou que não, que estava ali para tirar a medida para colocar uma porta nesse vão. Referindo-se ainda à limpeza, acrescentou que hoje (o dia da reunião) parece que o lixo foi retirado e a sala limpa, mas que, em todos os dias passados, até o último dia da semana anterior, não tinha havido limpeza alguma; exceto no primeiro dia em

que o Conselho mudou para lá, quando conversara com a gerente Daniele e esta lhe dissera que mandaria uma pessoa para limpar o auditório e, assim foi, veio um rapaz e limpou. Também disse que desconhecia o fato de que os servidores da Secretaria Executiva podiam pedir esse serviço à pessoa da CAP e que, a partir daquele momento, todos os dias, quando chegar ao trabalho, pedirá que seja feita a limpeza da sala. Por fim, pediu desculpas, disse que tem setenta anos de idade, em vésperas de fazer setenta e um e que jamais mentiria; que podem retirar tudo o dissera, porque havia falado em nome dos colegas, também, embora ninguém vá falar o que está se passando, que é a verdade, não é mentira, porque está sujo sim; quando abrem a sala é um cheiro horrível de poeira. Tornou a pedir desculpa e disse que tinha que se manifestar. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, dirigindo-se a servidora Selma, disse que é importante isso ter sido falado, mas que não adianta nada estar na sala, ninguém ter ido limpá-la e ela (a servidora Selma), a Carmem ou qualquer outro profissional nada fazer. Que era preciso chegar perto da Daniele ou pegar um telefone e falar com a Patrícia Durovni e comunicar que o profissional de limpeza da Clínica não tem vindo limpar o auditório. O que não pode é essa situação chegar dessa forma e ser posta aqui como se o lugar fosse um lixo e insalubre, quando não é assim. Que assim como o ponto de internet, a limpeza é algo que tem que resolver. Solicitando a palavra, a **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires**, pediu desculpas e veio esclarecer que tinha sido ela quem falara da porta, porque, de fato, não tinha visto nenhuma porta, só lembra que tiveram que arrastar um armário para que pudesse ir ao banheiro, mas que o banheiro tem porta, sim. A seguir, o **conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro**, também, solicitou a palavra, disse que estavam reunidos ali até aquele momento; que todos haviam falado e a representante da Secretaria Municipal de Saúde no Conselho anotava atentamente. Acrescentou que se não tivessem o quê falar, ninguém teria falado nada. Com relação às repostas que foram dadas, entende que é plausível porque também trabalhou dessa forma. Esperava todos os subordinados dele falarem. Sobre as informações fidedignas que foram trazidas, entende que o melhor a fazer, a partir de agora, é tentar ajeitar a casa, porque tudo deveria estar pronto e organizado para receber o Conselho quando foi reassentado. E que agora de nada adianta perguntar para a Secretária se fez ou não. Contou que trabalhou a vida toda com pessoas assim, que esperavam ele falar para depois vir dando porrada, mas que não é assim que a banda toca. Disse que estão em um Conselho Municipal e todos trouxeram fatos que estão acontecendo ou aconteceram e que sabem que foi o Secretário de Saúde quem começou tudo isso, porque não escutou e nem tentou dialogar com os conselheiros. Falou que tentou falar com o Secretário de Saúde, mas levou um fora dele. Resolveu, então, levar o caso com diplomacia, mas foi desrespeitado como cidadão e como conselheiro pelo Secretário. Entende que não adianta tentar culpar a Secretária Executiva ou a Presidente do Conselho que não foi explícita ou o documento que não saiu. Acrescentou que estão no Conselho para tentar chegar a um denominador comum e que a partir de hoje (do dia a reunião)

tinham que entender que o Conselho Municipal está no lugar, o que é diferente de uma pessoa que se presta a trabalhar no território, que são voluntários, são o Controle Social. Que não estão aqui para trabalhar se a área é perigosa ou não é perigosa. Que quando se propuseram a trabalhar no Conselho Municipal foi na zona central e, hoje, a realidade é outra. Disse, ainda, que está macaco velho; que tem trinta anos de vida militar e não adianta dar respostas porque, se não tivessem dúvidas, ninguém teria falado. Quando disseram que a sala estava suja é porque estava suja e tudo isso deveria ter sido visto antes e não agora. Falou que é necessário tentar se alinhar; que, se não é possível se movimentar, ajeitem a casa porque se não vão continuar a falar sobre essas coisas nas plenárias futuras. Disse que acha chato, querer culpar os outros quando, afinal, essa decisão de mudança, de movimentar o Conselho, partiu da Secretaria de Saúde que deveria ter preparado o local, deixando-o brilhando e funcionando para receber o Conselho Municipal de Saúde. Falou, também, que não estava defendendo a Secretária Executiva, mas que não estava gostando da forma como estava sendo tratada uma servidora e pediu, como cidadão e Controle Social, respeito para com os funcionários que estão trabalhando com o Conselho. Após, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que, em momento nenhum, estava desrespeitando qualquer funcionário; que todo mundo teve o direito de falar e que ela não teve o direito de falar, inclusive, aquilo que não foi bem assim. Que tem, sim, que acertar a casa como o conselheiro bem falara e que, se tudo não está a contento, vão, mesmo sendo um espaço provisório, adequar esse espaço para um melhor funcionamento. Por fim, falou aos conselheiros para não se preocuparem porque não precisarão ir até a Clínica da Família; pois, como havia falado, as reuniões serão realizadas no prédio da Prefeitura, respeitando, inclusive, aqueles que têm problemas com acessibilidade. Alguém que não se identificou disse que se a Secretaria de Saúde tivesse deixado tudo preparado, mesmo sendo provisório o espaço, não estaria dando todo esse problema. Dando prosseguimento à pauta, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou ao ponto quatro da pauta “Esclarecimentos sobre a Saúde do Trabalhador”. Então, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, com a palavra, disse que o conselheiro Ludugério Antônio da Silva sempre traz questões relativas à Saúde do Trabalhador e, portanto, achou muito oportuno que o Dr. Cyro estivesse ali para falar para o pleno sobre a reunião que tivera na CAP 5.1. O **Dr. Cyro Novello**, após cumprimentar todos, agradeceu o convite e disse que é sanitarista da FIOCRUZ, Pós Doutor em Saúde Pública e que é um prazer estar junto do Conselho para fazer esses esclarecimentos porque não se faz Saúde do Trabalhador sem os trabalhadores. Que a relação com o Conselho e com a CIST é fundamental para a caminhada. E, assim, deu início à apresentação dos esclarecimentos sobre o assunto. A certo momento, a apresentação foi interrompida pela **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** que, dirigindo-se ao Dr. Cyro, disse que as informações que trouxera eram de grande valor e, por isso mesmo, como o tempo da reunião estava se esgotando, perguntava a ele se

não queria voltar na próxima reunião ou em uma extraordinária para apresentar os esclarecimentos que são muito valiosos para todos com mais tempo. Então, **Dr. Cyro** respondeu que sim, que será uma honra, até porque é uma obrigação estar perto do Conselho. Disse que tem essa apresentação toda estruturada em PowerPoint e, assim sendo, virá com toda a equipe para falar um pouco e, para, além disso, estar construindo junto com o Conselho essa caminhada de mais três anos que têm pela frente, que precisa ser pactuada, com metas muito bem definidas, seminários, retomada da Vigilância, reestruturação dos CERESTs; enfim, precisam muito desse espaço para construir essa caminhada juntos. Para fechar, disse que queria dar uma notícia muito boa: a Saúde do Trabalhador foi inserida no Planejamento Anual, com um programa de trabalho junto com as demais especializadas que são: Reabilitação, Policlínica, NASF, Prisional; que haverá um orçamento destinado à reestruturação dos CERESTs; à ampliação da equipe e à reconstrução da Saúde do Trabalhador. Falou que encerra a fala muito emocionado com esse pleito, por ter sido uma luta deles, foi uma condição quase que sine qua non para a volta dele, porque precisa disso para caminhar e, hoje, tem essa informação tão quista. A **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu desculpas, e disse que, se assim não fosse, a apresentação dele ficaria prejudicada. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** solicitou a palavra para registrar que convida o Conselho Municipal de Saúde para participar da reunião do Colegiado Gestor da Policlínica Rodolfo Rocco, dia vinte e três de fevereiro às quatorze horas. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informa que encaminhará um e-mail solicitando uma reunião extraordinária porque precisa apresentar o Plano Municipal de Saúde para dividir com todos do Conselho. Propôs que fosse realizada no dia vinte e dois de fevereiro. Disse que já tentou ajeitar a agenda de todos os técnicos envolvidos de modo a estarem dirimindo as dúvidas dos conselheiros. Mandará isso documentado para que a Secretaria do Conselho possa comunicar a todos. Esclareceu que será uma reunião que não dá para ser feita juntamente com outros temas e é de extrema importância, inclusive, com relação à questão que o Dr. Cyro trouxe, dos avanços que teremos. Explicou que o Plano Municipal não se dá somente na construção, ele acontece mês a mês, junto com o Conselho, com as reuniões temáticas que têm que ser discutidas e avançando para cada território. A **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes**, dado o adiantado da hora, pediu desculpas pelos pontos da pauta que não foram concluídos e disse que os informes poderiam ser registrados no chat. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião as dezoito e quinze, e nós, **Marcelo Dionízio Gomes e Maria da Conceição Ramos de Carvalho** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes